**** *PROJETO**EXTENSIONISTA*

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS**

**Prática Extensionista**

**PROJETO/AÇÃO (segundo/2023)**

**1. Identificação do Objeto**

|  |  |
| --- | --- |
| **Atividade Extensionista:**

|  |
| --- |
| PROGRAMA ( ) PROJETO ( X ) CURSO ( ) OFICINA ( )EVENTO ( ) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ( ) AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL ( ) |

**Área Temática:** Atos infracionais **Linha de Extensão:** Internação de menores em razão do cometimento de atos infracionais **Local de implementação (Instituição parceira/conveniada):**O objetivo do grupo é realizar pesquisa acadêmica da legislação e doutrina, com vistas a conseguir fazer uma correlação da parte teórica com a prática, bem como captar a percepção dos especialistas do tema. No arremate do trabalho, gostaríamos de apresentá-lo para crianças da comunidade, a fim de propiciar ou ampliar o conhecimento da sociedade, especialmente das crianças, acerca de seus direitos e deveres previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. **Título:**Internação de menores em razão do cometimento de atos infracionais  |

**2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)**

|  |
| --- |
| **CURSO:** Direito **Coordenador de Curso:** Professor **NOME:** Adalberto Aleixo  |

|  |
| --- |
| **Articulador(es)/Orientador(es):****NOME:** Luíza Cristina Faria  |

**Aluno(a)/Equipe**

|  |
| --- |
| **NOME/Matrícula/Contato:** |
| **Felipe Rodrigues de Abreu - 2013180000188** |
|  **Ires Pimenta Gontijo – 2313180000116 - 61981091389** |
| **Juliana Miranda – 2113180000304 - 61983349400**  |
| **Lucas Henrique Ignacio de Souza – 2213180000150 - 61981259131** |
| **Vitor Luca Santos Veras Valotto - 2023180000124 - 61993098494** |

**3. Desenvolvimento**

|  |
| --- |
| **Fundamentação Teórica:** OEstatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, possui uma base teórica e jurídica que se fundamenta em diversas correntes e princípios. Dentre as principais influências, destacam-se: a Teoria da Proteção Integral, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a Sociologia da Infância, as Doutrinas do Desenvolvimento Infantil e, por fim, o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente. |
| **Apresentação:** como produto final do projeto, incialmente, o grupo pretendia realizar uma apresentação em uma escola pública para crianças, entre 10 e 15 anos, a fim de expor para elas a realidade do sistema socioeducativo brasileiro, especialmente no que diz respeito à internação de menores infratores no Brasil, levando mais informação sobre o ECA, que constitui-se em um verdadeiro sistema de proteção e segurança para as crianças e os adolescentes. Todavia, ao final, após uma análise mais abrangente do tema e conhecimento do grupo das particularidades afetas ao tema, chegou-se ao entendimento de que não seria a melhor estratégia. Por isso, migrou-se para a opção de participação em um podcast com perguntas direcionadas a um especialista do tema, que ocorreu efetivamente no dia 17/11/2023. A convidada foi a Professora e Advogada Suzele Veloso, especialista em Adoção e no Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo o tema principal do podcast sido a Adoção, englobando, ainda, a criminalidade no processo de adoção e a internação de menores infratores à luz do ECA.**Justificativa:** Realizar um cotejamento entre o tratamento despendido a menores infratores submetidos a medidas socioeducativas com as disposições estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente é de extrema relevância para a sociedade, especialmente no contexto da justiça e assistência sociais. O ECA representa um marco legislativo que visa garantir a proteção e a promoção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, inclusive aqueles em situação de conflito com a lei. Compreender as disposições e implementações práticas deste estatuto é essencial para assegurar que os jovens em processo de ressocialização recebam o tratamento adequado, focado na sua reintegração à sociedade de maneira saudável e construtiva.**Objetivos** **Geral:** Aprimorar e desenvolver o conhecimento sobre a internação de menores em razão do cometimento de atos infracionais, com vistas a ampliar o entendimento da comunidade sobre o tema. **Específicos:** promover maior conscientização da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo, visando ao desenvolvimento integral das crianças e adolescente; fomentar o fortalecimento familiar e comunitário; contribuir com a reeducação e ressocialização dos jovens; e prevenir a reincidência em atos infracionais.**Metas:****i)**Aprender e compreender mais sobre o ECA;**ii)** Aprofundar o conhecimento sobre a internação de menores infratores; e**iii)** Estender o conhecimento adquirido além das fronteiras do meio acadêmico. **Resultados esperados:**Realizar com êxito a pesquisa acadêmica e propiciar à comunidade o acesso a um trabalho de qualidade, com vistas a contribuir no dia-a-dia com quem lida diretamente com a temática em questão. **Metodologia:**Realização de pesquisas bibliográficas na legislação, livros e doutrinas que versam sobre o tema, visita e realização de podcast com especialista no assunto, com a avaliação, orientação e supervisão da professora orientadora. **Cronograma de execução:****DATA DE INÍCIO:** 28/08/23 **DATA DE TÉRMINO:** 17/11/23

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Evento/data** | **Período** | **Observação** |
| **Podcast no dia 17/11** | **Vespertino** | **Estúdio da UniProcessus no Campus I – Asa Sul** |

**Considerações finais:** Ante as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente Brasileiro, é imperativo destacar a importância da abordagem diferenciada para a questão da internação de menores infratores. O ECA estabelece um conjunto de diretrizes fundamentais para o tratamento desses jovens, priorizando a ressocialização e a reinserção deles na sociedade. No entanto, é crucial que se promova um ambiente dentro das instituições socioeducativas que respeite integralmente os direitos e a dignidade desses adolescentes, garantindo-lhes o acesso à educação, à saúde e à profissionalização. Além disso, faz-se necessário um contínuo acompanhamento psicossocial, visando identificar as causas subjacentes ao comportamento infracional e oferecer-lhes o suporte necessário para a transformação positiva de suas vidas. Diante disso, é de suma importância que o sistema socioeducativo brasileiro busque constantemente aprimorar suas práticas, promovendo um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos adolescentes que, por vezes, cometem deslizes de comportamento perante sistema legal, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.**Referência Bibliográfica:**27 Anos do ECA: Pela Reafirmação da Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Site Pesquisa do Instituto Sou da Paz, 2017. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/27-anos-do-eca-pela-reafirmacao-da-garantia-de-direitos-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.AMIN, Andréa Rodrigues [et al.]; coordenação de MACIEL, Kátia Regina Lobo Andrade.Maciel – **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos Teóricos e Práticos. 14ª ed. São Paulo:, editora sSaraiva, 2022.BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8069.htmhttps://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\_1ed.pdf>. Acesso em: 06 setembro. 2023.Infância e Juventude. Site Pesquisas do Conselho Nacional de justiça (CNJ), 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/infancia-e-juventude/legislacao/>. Acesso em: 11 de setembro de 2023. |